



COP 30 no Brasil: capitalismo verde versus Ecologia Integral

COP 30 in Brazil: Green Capitalism versus Integral Ecology

Vicente de Paula Ferreira

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Guanambi/BA-Brasil

Maria José de Sousa Pereira

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Guanambi/BA-Brasil

Sônia Maria Alves de Oliveira Reis

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Guanambi/BA-Brasil

Resumo

Este artigo tem como objetivo trazer para o debate narrativas em disputa que estão relacionadas à COP e que vão para além desta. Em novembro de 2025, o Brasil sediou, em Belém, Pará, a 30ª Conferência das Partes da ONU (COP) sobre as questões climáticas. Por se tratar de um acontecimento crucial para enfrentar aquecimento global, em um território fundamental para a sobrevivência humana, esse evento mobilizou forças polissêmicas. Se, por um lado, o capitalismo verde insiste com seu paradigma tecnocrata em função do domínio de uma minoria rica; por outro, ecoam os gritos da terra e das populações mais vulneráveis. Diante desse cenário, propõe-se a luta dos indígenas, dos quilombolas bem como dos movimentos sociais e eclesiais como defesa da Ecologia Integral enquanto temática insurgente para uma indispensável mudança sistêmica, tarefa que implica também o Ecosocialismo e que transcende os eventos COP.

Palavras-chave: Clima; Ecosocialismo; Tecnocracia; COP 30.

Abstract

In November 2025, Brazil have hosted the 30th UN Conference of the Parties (COP) on climate issues in Belém, Pará. As this is a crucial event in tackling global warming, and in a territory that is fundamental to human survival, it has mobilized polysemic forces. Given the diversity of opinions, this article aims to bring to the debate disputed narratives, around the COP, and beyond. Namely, if on the one hand, green capitalism insists on its technocratic paradigm based on the dominance of a rich minority; on the other hand, the cries of the earth and the most vulnerable populations echo. In view of this scenario, the struggle of indigenous people, quilombolas, social and ecclesial movements is proposed, as a defense of Integral Ecology as an insurgent theme for an indispensable systemic change, a task that also implies Ecosocialism and transcends the COP events.

Keywords: Climate; Ecosocialism; Technocracy.

Introdução

A Conferência das Partes (COP), também conhecida como United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), foi aprovada na Rio-92 e entrou em vigor em 1995, em Berlim, onde aconteceu sua primeira edição. Cada ano, as delegações dos 196 países-membros das Nações Unidas, “[...] reafirmam seu compromisso com o equilíbrio climático global e a proteção do meio ambiente, definindo objetivos a serem alcançados, bem como os meios necessários de implementação” (ABC DAS COPS, 2024, p. 3). Algumas das principais resoluções são: Protocolo de Quioto (COP3), com metas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa; Fundo Verde para o Clima (COP 16), com projetos para adaptações climáticas em países mais vulneráveis; Apelo de Lima (COP 20), que reforçou o acordo de Paris, a saber, manter a meta do aquecimento global a 1,5° C acima dos níveis pré-industriais.

A COP 30 colocou no centro dos debates a redução dos gases de efeito estufa, a adaptação diante das mudanças climáticas, a transição justa, o fim dos combustíveis fósseis e do desmatamento, as tecnologias de energias renováveis, a proteção da biodiversidade e a justiça climática. No entanto, como constata o Papa Francisco (2023, p. 26), há muitas fragilidades na implementação de tais decisões, de modo que, é necessário um “[...] multilateralismo ‘a partir de baixo’ e não decidido pelas elites do poder”. Nesse contexto, destacamos as mobilizações e os movimentos populares, como Cúpula dos Povos, Igreja Rumo à COP 30, Tapiri Ecumênico e Inter-religioso, Rota *Laudate Deum*.

Isso considerado, o artigo propõe uma análise crítica do sistema capitalista, confrontando com os conceitos de Ecologia Integral e Ecosocialismo, que envolve, mas também ultrapassa o evento COP. Assim, a investigação se dá a partir da seguinte questão: até que ponto as propostas apresentadas nas conferências climáticas, especialmente no contexto da COP 30, refletem uma real mudança de paradigma, em prol de uma Ecologia Integral, ou apenas a manutenção da lógica capitalista por meio de uma maquiagem “verde”?

Ao mostrar os limites das políticas ambientais atuais, propostas do atual capitalismo verde, este artigo revela que não é possível pensar na sobrevivência da espécie humana sem sonhar com um estilo de vida pós-capitalista. Ao indagar se ainda temos criatividade e tempo suficiente para implementar uma nova cultura do bem viver alicerçada na biodiversidade, essa reflexão ousa apresentar elementos inspiradores para a necessária virada civilizatória. Como alternativas paradigmáticas, esta pesquisa apresentará experiências que emergem de movimentos das periferias do mundo. Elas mostram que, para além de reparos no domínio

capitalista global, há correntes que sonham e colocam em curso a construção de uma nova civilização sustentável do ponto de vista socioambiental.

Capitalismo verde ou transação financeira?

Nas últimas décadas, diante da crescente pressão social e científica em torno das mudanças climáticas e da degradação ambiental, emergiu um novo discurso dentro das estruturas econômicas globais: o capitalismo verde. Esse conceito refere-se à tentativa de conciliar o crescimento econômico com a preservação ambiental, propondo soluções de mercado para os problemas ecológicos. Na prática, isso se traduz, principalmente, em mecanismos como créditos de carbono, mercados de compensação ambiental e financeirização de serviços ecossistêmicos.

De acordo com Taques e Antonio (2022, p. 7), “[...] o objetivo do capitalismo verde é fragmentar o ambiente e seus agentes para desvincular possibilidades de pensamentos complexos”. Sendo assim, ele parte do princípio de que é possível corrigir as degradações ambientais sem alterar, substancialmente, a lógica capitalista de produção e consumo. No entanto, críticos argumentam que essa proposta se limita a adaptar o sistema econômico às exigências ambientais, sem questionar suas raízes estruturais que contribuem para a crise ecológica. Assim, práticas como a monetização da natureza ou o incentivo às soluções tecnológicas encobrem a continuidade da exploração de recursos naturais e da desigualdade socioambiental. Na COP 30, esse modelo dominou os debates oficiais e os compromissos assumidos pelos países, o que levanta a questão: o capitalismo verde representa um avanço real ou apenas maquia um sistema insustentável?

Para responder a essa questão, voltemos ao conceito de capitalismo. Nancy Fraser (2024, p. 22) ao justificar a categoria de capitalismo canibal, retoma Marx dizendo que “[...] a primeira característica definidora do capitalismo é a propriedade privada dos meios de produção, que pressupõe uma divisão de classe entre proprietários e produtores”. Tal divisão se impôs a partir do domínio do capitalismo em relação a uma forma de sociedade na qual as pessoas e os grupos tinham acesso aos meios de sobrevivência e produção. Sua segunda característica é o mercado livre de trabalho, seguida de uma terceira, que é a acumulação de capital. Nesse ponto, Nancy Fraser (2024, p. 23), ainda se referindo a Marx, afirma: “em uma sociedade capitalista, o autor argumenta, o próprio capital se torna o Sujeito. Os seres humanos são seus peões, reduzidos a descobrir como conseguir o que precisam nos

interstícios enquanto alimentam a fera”. A quarta característica é o mercado como instância que aloca os insumos produtivos, transformando-os em mercadorias. Por fim, encontra-se a questão do excedente que deveria ser direcionado pelas escolhas sociais de como administrar a vida. No entanto, a autora destaca que, neste ponto, está a face mais perversa do capitalismo, ao deixar para o mercado tais decisões, de modo que estas têm como base “[...] a direcionalidade inerente e cega do capital, o processo de ‘se’ expandir por meio do qual se constitui como sujeito da história deslocando os seres humanos que o criaram e transformando-os em servos” (Fraser, 2024, p. 24).

Diante das considerações marxistas sobre o capitalismo, Fraser (2024) alerta para outras realidades que devem ser incluídas, em suas configurações atuais. Tratam-se de formas de sobrevivência paralelas ao mercado, porque há aspectos mercadorizados que coexistem com os não mercadorizados. Nesse contexto, a autora sugere a expressão “capitalismo canibal”. Essa categoria compreende o que vai além da exploração ao propor a expropriação, a violência expressa, o roubo descarado e a despossessão enquanto “[...] condições de possibilidade de fundo da exploração” (Fraser, 2024, p. 27).

Atualmente, as reproduções sociais, políticas, culturais e raciais, que antes ainda eram respeitadas como elementos de caráter público, passam a ser privatizadas e exploradas. No ponto que mais nos interessa neste artigo, a questão ecológica, destaca-se que “o capitalismo separou de forma brutal os seres humanos dos ritmos sazonais naturais, recrutando-os à produção industrial, movida a combustíveis fósseis, e à agricultura com fins lucrativos, tonificada com agrotóxicos” (Fraser, 2024, p. 30). Com isso, temos um estilo que foi chamado, de forma enganosa, de Antropoceno, uma era geológica que está canibalizando o planeta, não somente porque explora os recursos naturais, mas também porque, a partir da técnica, altera, com finalidades lucrativas, a própria gramática interna da natureza. Desse modo, a questão se torna muito mais complexa do que a luta de classes. O capitalismo se expande tanto pela exploração quanto pela canibalização – dos seres humanos e da natureza – como forma de agregar valores.

Essa lógica revela uma das características mais graves do sistema: a subordinação das escolhas pessoais e coletivas a um processo automático e impessoal de acumulação, o que transforma os seres humanos em mercadorias de um capital que está a serviço de minorias bem determinadas nas peças de uma engrenagem devoradora. No entanto, é visível que esse processo não acontece de igual forma para todos. Há grupos que são explorados e outros

que são expropriados, escravizados em suas culturas, costumes, direitos. Essa verdade revela que o capitalismo se expande por uma lógica racista, determinada por elementos econômicos e, mais ainda, políticos, conforme explicita o seguinte pensamento:

Desde o início, essa divisão foi explicitamente racializada, assim como as hierarquias de status associadas a ela: cidadãos metropolitanos versus povos sujeitados nas colônias, indivíduos livres versus escravos, “europeus” versus “nativos”, “brancos” versus “negros”. Essas hierarquias também servem para distinguir populações e regiões apropriadas à exploração daquelas destinadas, por sua vez, à expropriação (Fraser, 2024, p. 56).

No ponto em que nossa análise considera o domínio global capitalista e que, ao mesmo tempo, mostra sua aguda e insustentável crise, agregamos o tema ecológico enquanto elemento fundamental para o debate. Como abordamos as questões que envolvem a COP 30, indagamos sobre a função desse evento no contexto do que é nomeado como capitalismo verde. De antemão, é notório que as decisões das conferências sobre clima têm objetivado a defesa dos paradigmas capitalistas.

Segundo David Harvey (2020, p. 184), “há uma crescente aceitação pública da ideia de que boa parte do que denominamos natural, ao menos no que diz respeito à ecologia superficial do globo e de sua atmosfera, foi significativamente modificado pela ação humana”. Mais ainda, conforme o autor, “[...] abusamos da terra porque a enxergamos como uma mercadoria que nos pertence” (Harvey, 2020, p. 184). A partir dessa análise, lançamos nossa visão crítica do paradigma tecnocrata, com sua narrativa de domínio colonialista, mostrando a resistência que vem de pessoas e grupos envolvidos com a cultura do bem-viver, na superação do consumismo, na defesa dos povos indígenas, quilombolas etc.

Colocamos em foco o confronto desleal entre o poder financeiro e a vida das comunidades e da natureza, como alertou o Papa Francisco (2023, p. 19-20):

Os recursos naturais necessários para a tecnologia, como o lítio, o silício e tantos outros certamente não são limitados, mas o problema maior é a ideologia que está baseada em uma obsessão: aumentar, para além de toda a imaginação, o poder do homem, para o qual a realidade não humana é um mero recurso ao seu serviço.

Nossa hipótese é que continuar sustentando, ingenuamente, as soluções apresentadas pelas estratégias capitalistas para o enfrentamento das crises, que ele mesmo gera, é acelerar o fim de milhares de espécies e colocar em risco a vida humana. Isso porque o elemento central desse sistema é o dinheiro; nessa conjuntura, somente tem valor aquilo

que ele compra. “Isso significa que concebemos entidades como se elas pudessem ser retiradas de qualquer ecossistema a que pertencem. Supomos, por exemplo, poder atribuir valor ao peixe independentemente da água em que ele nada” (Harvey, 2020, p. 188). Logo, nosso estudo, no contexto da COP 30, indaga se o que tem sido dito pelo mercado global sobre transição não é, de fato, transação financeira. É inegável que, em sociedades não capitalistas, também aconteceram crises ecológicas. No entanto, há que se considerar algo singular do capitalismo, a saber, sua própria estrutura antiecológica, porque o afã pelo acúmulo acumula também, de modo não acidental, graves feridas ambientais, como:

[...] atmosfera inundada de emissões de carbono; aumento das temperaturas, esfacelamento das plataformas polares de gelo, aumento do nível de mares, entupidos de ilhas de plástico; extinções em massa, declínio da biodiversidade, migrações de organismos e patógenos provocadas pelas condições climáticas, aumento do transbordamento zoonótico de vírus letais; supertempestades, megassecas, enxames de gafanhotos, incêndios florestais colossais, inundações titânicas; zonas mortas, terras envenenadas, ar irrespirável (Fraser, 2024, p. 104).

Há que se arriscar em outros caminhos alternativos. Quais seriam eles? Nossa opção é entender como a Ecologia Integral defende a interconexão universal de tudo e promove uma visão holística que não suporta a exploração agressiva ao meio ambiente, ao propor o trabalho integrado do homem com toda a criação, respeitando seus ciclos e seus direitos. Assim, procuraremos compreendê-la como narrativa de resistência enquanto aponta para o fato de que, em nome do capital, o Sul global, a América Latina e o Brasil, não passam de territórios disputados pelos países ricos por conta de seus recursos naturais. Por isso mesmo, esta discussão apresenta pistas de ação que envolvem o bem comum, a democracia, o ecossocialismo, os direitos humanos e os da natureza. Como afirma Fraser (2004, p. 131), é necessário buscar uma perspectiva “transambiental e transcapitalista”.

Apostamos na luta contra-hegemônica, apesar de não a viabilizarmos tão claramente nos movimentos políticos de resistência mais reconhecidos em nossos tempos, visto que, mesmo o que se coloca como mais democrático, antissistêmico, ainda permanece atrelado ao modelo de domínio do capital. Como ponto de superação do que está posto, nossa tarefa é colher as pistas do que se nomeia como Ecologia Integral, amparada por um novo modelo ecossocialista. Para isso, metodologicamente, abordaremos alguns elementos da global crise climática para, em seguida, ver os pontos de convergências e tensões entre Ecologia Integral e Ecossocialismo.

Reações da terra: a catástrofe climática como resultado do ecocídio sistêmico

Segundo a Organização Meteorológica Mundial, quando a temperatura média do planeta ultrapassar 1,5° C acima do período pré-industrial, o que deve acontecer em 2030, elementos de larga escala ultrapassarão pontos de não retorno no planeta Terra. Agronegócio, pesticidas, desmatamentos, incêndios, garimpos ilegais, mineração, produção de novas energias, servem às corporações multinacionais para encherem suas contas e esvaziarem o mundo de suas riquezas naturais. “Entre as 138.300 espécies avaliadas, mais de 38.500 encontravam-se em diferentes graus de risco de extinção” (Marques, 2023, p. 26). O que se coloca diante de nós é uma encruzilhada civilizatória. A continuarmos com essa voracidade consumista, o futuro, além de incerto, começa a se colocar como muito improvável. O aspecto positivo mora na esperança de que construiremos um projeto pós-capitalista.

Em sua obra *O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência*, Luiz Marques (2023), com precisão, mostra a singularidade da crise atual. Se antes, diante de outras crises, a espécie humana podia contar com as reservas naturais para ir adiante, hoje, o Sistema Terra, diante de tantos ataques recebidos, reage e “[...] suas respostas à interferência antrópica excessiva em seus equilíbrios tornam-no, cada vez mais, um ator incontornável da trama histórica” (Marques, 2023, p. 41).

Tudo indica que o futuro será pior ou terminal. Elevação do nível do mar, extinção de recifes de corais que abrigam mais de um quarto das espécies de peixes marinhos, por conta do aquecimento global, são fatores indiscutíveis para a ciência. Espécies mais frágeis e camadas populacionais mais vulneráveis são as que pagam um preço mais alto e rápido. Chegamos ao decênio decisivo, ao *tipping point*, à hora da virada. Do que fizermos agora, dependerá o futuro.

No intuito de minimizar as reações ostensivas da Terra em relação a nós, teremos que diminuir 50% da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera até 2030. Quanto mais aumentamos os perigos de uma catástrofe para a vida planetária, mais percebemos o quanto o capitalismo globalizado revela “[...] a engrenagem exterminadora e a monstruosidade moral que se tornou” (Marques, 2023, p. 57).

A mudança climática é a reação agressiva do planeta em relação a um estilo global de economia que se impôs a partir da exploração sem limites dos recursos naturais e da

expropriação das pessoas. A Terra é uma bateria química que, ao longo da evolução, carregou-se de energia propícia para a vida. Certamente, há 3,4 bilhões de anos, “[...] organismos aptos a realizar fotossíntese começaram gradualmente a converter energia solar difusa de baixa qualidade em energia química de alta qualidade” (Marques, 2023, p. 66). O sistema capitalista está descarregando, aceleradamente, essa bateria tão generosa. O equivocado sistema alimentar global, com produção em larga escala, mediante desmatamento, a poder de muito agrotóxico, está dizimando espécies de animais, aves, peixes, florestas. Trata-se de uma verdadeira guerra de aniquilação biológica.

Além disso, a destruição de nossas florestas tem consequências drásticas. Não há sobrevivência sem as florestas. São elas as responsáveis pelos maiores volumes de água; elas absorvem e armazenam carbono em seus solos. Destruir florestas equatoriais e tropicais é atentar não somente contra os maiores reservatórios de vida no planeta, mas também contra “[...] as mais importantes condições de possibilidade de vida no planeta” (Marques, 2023, p. 194). O autor afirma:

Esse sistema, qualificado inapropriadamente como alimentar, na verdade produz commodities, vale dizer, monoculturas tóxicas cultivadas em grandes propriedades, voltadas para os mercados globais e controladas por uma complexa cadeia corporativo-financeira extremamente concentrada (Marques, 2023, p. 101).

Certamente, segundo a hipótese deste artigo, o sistema climático continuará se aquecendo enquanto o capitalismo dominar o planeta. As razões são claras: a reprodução ampliada do capital acontece pelo consumo crescente de energia; não há transição prevista para uma matriz energética totalmente descarbonizada. Além disso, ainda que absolutamente impreterível, segundo Marques (2023, p. 295), “[...] uma transição energética acelerada para fora dos combustíveis fósseis demandará intensa atividade mineradora e, portanto, aumento momentâneo do uso de combustíveis fósseis, mantidos os atuais patamares de consumo energético”. A única solução seria diminuir, drasticamente, o índice de consumo global. Para tanto, há que superar os nacionalismos, pois eles dão suporte a uma complexa colcha de retalhos das destruições ecológicas.

Ecologia Integral e Ecosocialismo

Nos debates sobre COP 30, houve uma pluralidade de vozes, configurando até mesmo uma cacofonia. A tendência dos que buscam elementos reparadores para o sistema vigente parece predominar. Em tudo se coloca o adjetivo “verde”. De forma geral, acredita-se na

manutenção de um capitalismo sustentável ecologicamente. Sugerir que lograremos a defesa da casa comum, superando o capitalismo, soa descabido, subversivo, sem fundamentos. O domínio do capital chegou ao exagero mortal de não permitir outra forma de sistema econômico e social. Por isso, as COP tornam-se, sempre mais, eventos de negociações, em vistas de lucros, e não de compromissos com a necessária transição de época. O mercado de créditos de carbono é um dos aspectos da transformação de toda a natureza em ativos para o mercado financeiro. É visível a mercantilização das fontes, das reservas, da água, de todos os bens que deveriam ser comuns. Nada escapa ao quesito do valor, em função do mercado. No “boom da especulação de ecomodidades, há uma aposta não só econômica, mas também política, na garantia de que o regime climático global se mantenha centrado no mercado e favorável ao capital” (Fraser, 2024, p. 97).

Mas como encontrar soluções para a grave crise socioambiental de nossos tempos no modelo capitalista se ele mesmo é o motor principal desta crise? Sem dúvida, essa não é uma questão fácil de ser respondida. O primeiro passo, segundo nossa reflexão, é buscar uma visão contra-hegemônica. É assumir que as raízes mais profundas de nossa policrise se encontram na exploração ilimitada dos recursos naturais bem como na presunção do ser humano em tratar a natureza apenas como objeto de uso. Fere a racionalidade humana o fato de este modelo global capitalista se colocar como verdade absoluta e não aceitar oposição. Por que somos obrigados a ter a propriedade privada como ideal econômico? Por que o lucro é o vetor de uma economia global?

Sabemos que em suas atuais manifestações, o capitalismo se atualizou na versão financeira. Expandiu suas formas de operação a partir de uma tecnocracia controlada por multinacionais que manipulam a política e controlam territórios. Como acompanhamos, seu longo caminho, desde o uso da força animal, passando pela energia do carvão e dos combustíveis fósseis, até chegar ao petróleo e, mais recentemente, às energias renováveis têm deixado um rastro de destruição ambiental. Tudo isso culmina no inédito e complexo aquecimento global, causado pela drástica emissão de gás carbono na atmosfera, sobretudo pelos países mais ricos.

Tudo isso posto, qual seria uma alternativa plausível para o enfrentamento e a superação da crise climática que a sociedade global enfrenta? É de nosso conhecimento que, mesmo sendo importantes as COP sobre o clima, elas não têm implementado mudanças

substanciais. Portanto, “sabemos que, a continuar assim, dentro de poucos anos teremos ultrapassado o limite máximo desejável de 1,5 graus centígrados e poderemos, em breve, atingir os 3 graus com o risco elevado de chegarmos a um ponto crítico” (Papa Francisco, 2023, p. 34). Esse dado justifica nosso entendimento de que atravessamos uma encruzilhada histórica. Imersos em grande crise, causada pelo atual estilo de vida global, não vislumbramos soluções viáveis a partir de nosso modelo civilizatório. Desse modo, entendemos que não estamos em época de mudança, mas em mudança de época. Por isso, defendemos a Ecologia Integral e a busca de uma nova concepção ecossocialista como respostas às múltiplas crises socioambientais para a construção de outra cultura planetária. É tarefa deste artigo responder o que entendemos por Ecologia Integral e Ecosocialismo e como esses elementos se complementam ou se tensionam.

O primeiro e urgente passo, para a compreensão do conceito de Ecologia Integral, é fazer uma revisão da relação do ser humano com a natureza. Imersos no império da técnica, aceleramos o extrativismo dos findáveis recursos naturais. A degradação se expande pelos territórios e pelo corpo das pessoas. A poluição do ar, o estresse hídrico, o desmatamento, a aniquilação das espécies e o descarte do ser humano são resultados do insustentável paradigma tecnocrata. Então, surge uma interrogação fundamental. O capitalismo continuará seu curso, gestando mais uma crise, de caráter ecossocial sem precedentes, ou construiremos uma nova cultura, na qual harmonia entre seres humanos e não humanos seja restabelecida?

O conceito de Ecologia Integral nasce da consciência do equívoco de um estilo de relação humana com a natureza focado apenas em um extrativismo exploratório para o acúmulo de riquezas. Ao criticar esse modelo civilizatório, propõe a urgência de uma nova civilização que promova outro modo de ser no mundo, que compreenda a espécie humana como guardiã da criação e não como apenas beneficiadora da mesma. Desse modo, Ecologia Integral denuncia as raízes humanas da crise socioambiental e anuncia que tudo está interligado no universo criado. Nossa compreensão de Ecologia Integral revela que as dimensões ambientais, econômicas, sociais, culturais e espirituais estão interligadas. Ao mesmo tempo que esse paradigma envolve a biodiversidade, diz respeito ao pluralismo cultural e também espiritual. Nada do que faz parte da natureza, em seus mistérios de morte e vida, escapa aos olhares desse marco teórico, que além da materialidade de tudo que existe, coloca no centro também elementos espirituais, já que ele nasce no contexto da tradição cristã. Como afirma Ferreira (2025, p. 25): “Quando falamos de desenvolvimento sustentável,

nos referimos aos processos de crescimento que respeitem essas interconexões maravilhosas”.

Desse modo, Ecologia Integral é um referencial epistemológico que reconhece que a sustentabilidade da vida somente é possível no cultivo da relação interdependente de todas as coisas. A biodiversidade, o pluralismo cultural, a busca de uma economia do bem viver, as várias dimensões da vida cotidiana, o princípio do bem comum e os diferentes saberes e espiritualidades são elementos dos quais o conceito de Ecologia Integral se ocupa. Sendo assim, o ser humano é parte da natureza e não um mero observador da mesma, desde fora. O que o caracteriza como criatura privilegiada é sua vocação ética de interferir para o aperfeiçoamento ou para a destruição da criação. Como afirma Francisco (2023, p.21):

Contrariamente a este paradigma tecnocrático, afirmamos que o mundo que nos rodeia não é um objeto de exploração, utilização desenfreada, ambição sem limites. Nem sequer podemos considerar a natureza como uma mera moldura onde desenvolvemos a nossa vida e os nossos projetos, porque estamos incluídos nela, somos parte dela e compenetramo-nos, de tal modo que se contempla o mundo, não como alguém que está fora dele, mas dentro.

Para acolher esse novo horizonte ecológico, necessitamos vislumbrar um estilo cultural que seja propício a seu desenvolvimento. Como visto, se foi o capitalismo que promoveu essa ruptura entre a espécie humana e tudo aquilo que a rodeia em sua casa comum, logo, é tarefa ética vislumbrar outro horizonte civilizatório. Ainda que o conceito de Ecologia Integral não se restrinja ao modo de o ser humano se organizar em sociedade, porque se trata de uma visão holística de todo o equilíbrio do universo, ele pede uma práxis antropológica viável para seus pressupostos teóricos. Nesse ínterim, o Ecosocialismo, entendido, no contexto deste artigo, como proposta de uma transformação radical dos estilos econômico e político globais, torna-se um interlocutor importante.

Entendemos Ecosocialismo como alternativa prática para enfrentar a crise climática e promover uma convivência mais justa e sustentável entre seres humanos e a natureza. Trata-se de romper com o sistema capitalista, com mudanças não apenas na produção, mas também no consumo, através da passagem do ter ao ser. No lugar da ânsia pelo acúmulo infinito de bens, valorização do lúdico, do erótico, do artístico, etc.

Segundo Michael Löwy (2005, p. 50), “não se trata de opor os maus capitalistas ecocidas aos bons capitalistas verdes: é o próprio sistema, fundado na impiedosa competição, nas exigências da rentabilidade, na corrida atrás do lucro rápido que é o destruidor dos

equilíbrios naturais”. Para isso, destacamos alguns de seus princípios: reduzir a imensa desigualdade social, de modo particular entre norte e sul global; decrescer o consumo de matéria-prima e de energia; reconhecer a natureza também como sujeito de direito; proteger verdadeiros santuários – territórios indígenas – das ameaças do mercado; promover uma civilização descarbonizada; barrar o alto consumo de carnes e focar nos alimentos baseados em nutrientes vegetais; mudar o conceito de justiça para uma visão mais holística e menos bairrista/nacionalista.

Resta-nos saber se ainda temos criatividade e entender a partir de que ponto implementaríamos esse novo modelo civilizatório. Visto que a ideia de socialismo prático, em algumas experiências, mostrou-se também inviável, seria possível ainda pensarmos um futuro pós-capitalista? Ainda que não tenhamos resposta clara sobre esse ponto, entendemos que a natureza tem clamado por essa nova ordem. Ela, ao que tudo indica, querendo ou não o ser humano, regerá o futuro com seus gritos ecossociais e exigirá de nossa espécie um retorno a seu lugar de criatura que é parte da natureza. Se esta virada civilizatória é complexa, muito mais assustador será manter o estilo global de consumo, de lucro, de privatização de todos os bens, que tem devorado a vida e colocado em risco de extinção nossa espécie.

O Ecosocialismo, nesse sentido, desponta como condição de possibilidade para uma nova civilização, pois o entendemos como organização social pautada no bem comum e na proteção da natureza como sujeito de direito, que busca uma correta relação das questões sociais com a sustentabilidade e justiça ecológica. Para isso, a propriedade e os meios de produção devem passar pela responsabilidade coletiva. Sendo assim, ele deve ser promovido como uma nova organização social, sobretudo nas lutas sociais em defesa da justiça socioambiental, no diálogo com o paradigma da Ecologia Integral.

(Além) COP: hesitações e esperanças dos movimentos espirituais e pedagógicos contra-hegemônicos

Não obstante a ineficiência das COP ao combate do aquecimento global, elas têm sido um lugar importante para o debate sobre o principal desafio da humanidade no século XXI: a crise climática. Se, por um lado, os organismos representativos dos estados exercem suas influências para a manutenção dos interesses políticos e econômicos de quem domina o capital transnacional; por outro lado, e nesse horizonte percebemos a saída, na interconexão entre os princípios de Ecologia Integral e Ecosocialismo, os discursos contra-hegemônicos se

fortalecem. O capitalismo global está se tornando, cada vez mais, insustentável, ingovernável. Desse modo,

a perspectiva verdadeira para a mudança social contra-hegemônica na era da globalização é um movimento globalizante que parte de baixo e se atreve a desafiar o poder da elite global, acumulando forças contra-hegemônicas mais além das fronteiras nacionais e regionais, para enfrentar esse poder ao partir do interior de uma sociedade civil transnacional que se estende (Robinson, 2007, p. 193, tradução nossa).

Os movimentos sociais, com propostas ecossocialistas, nascem como resposta ao anseio de tirar o domínio econômico e cultural do capital. Em diversos cenários, crescem como resistência de públicos polissêmicos. Formam um multilateralismo partindo de baixo, com reivindicações importantes. No entanto, é justo que se indague se ainda conseguem manter uma posição anticapitalista capaz de forçarem uma mudança social ou se, de alguma forma, deixaram-se seduzir pelos benefícios do sistema. A ousadia de imaginar um mundo novo pressupõe algo maior do que a negociação, os acordos com as entidades financeiras.

A disputa pelo tema do clima tem revelado, em grande parte, a dificuldade de assumir a Ecologia Integral de forma radical e a implementação do Ecossocialismo. No Brasil, por exemplo, qual a real eficiência, para além do campo simbólico, de termos um ministério para os Povos Originários ou um Ministério para o Meio Ambiente? Esses organismos têm poder de decisão? De qualquer forma, ainda que haja esses desafios, consideramos que a mudança se vislumbra a partir desses movimentos sociais e, portanto, devem ser reforçados em suas causas.

Como vimos, a questão climática é resultado do modelo extrativista que ampara o alto consumo de quem mais polui a atmosfera. No outro lado da moeda, encontram-se as grandes massas de refugiados pelas guerras e pelo clima, os descartados do sistema. Agrava-se a situação da não contribuição para o combate do aquecimento global de potências internacionais, como é o caso do governo Trump. Até mesmo governos que carregam o nome de progressistas assumem uma posição de desenvolvimento muito desfavorável à proteção ambiental. Recentemente, o manifesto dos cientistas denominado a Margem Equatorial e o suicídio ecológico do Brasil, contra a exploração de petróleo na Amazônia, afirma: mais petróleo na Amazônia ou alhures, é o caminho mais curto para nosso suicídio ecológico (Vieira *et al.*, 2025).

Diante do histórico das COP, acreditar que esse processo ainda tem um real potencial de transformação é um ato de resistência que vai na contramão da história. A realidade dos fatos demonstra que, de um lado, a emergência climática vem se agravando a cada ano e, do outro, em lugar de os Estados assumirem os compromissos estabelecidos nas conferências da ONU, as corporações aumentam seu extrativismo predatório. Assim, mesmo em contextos de negacionismo, de combate à ciência e à pesquisa e do fortalecimento das alianças de governos de extrema direita, não podemos abandonar o apoio a qualquer processo de governança global, por quanto seja frágil e contraditório.

Mas, sobretudo, encontramos esperança nos movimentos que atuam nos territórios e nos processos que o Papa Francisco definiu como “multilateralismo a partir de baixo”. A história do clima, de fato, muda a partir dos territórios. Vários desses movimentos populares – que incluem comunidades e representações dos povos originários e tradicionais, sindicatos, organizações não governamentais, igrejas e outras expressões de fé – estão se organizando desde a COP28, em novembro de 2023, na Cúpula dos Povos. Essa articulação agrega hoje mais de 500 organizações, brasileiras e internacionais, que construíram um projeto político estruturado em seis eixos: territórios e suas lutas; justiça climática e transição justa; democracia, participação popular e justiça social; soluções populares e da natureza; sistemas alimentares, sociobiodiversidade e água; futuro e justiça para as próximas gerações. É um desafio enorme buscar convergências, mesmo na diferença de interesses e perspectivas de cada movimento e grupo que compõe a Cúpula. A gravidade da situação e a urgência de respostas coesas conseguem garantir unidade de intenções e estratégias. A perspectiva espiritual, cultural e artística habita esse processo e o inspira, em diálogos abertos e no respeito profundo da sabedoria ancestral dos povos que animam esta luta.

Outro contexto em que se dá destaque à dimensão espiritual como fonte de resistência, vigilância crítica e propostas transformadoras, é o Tapiri Inter-religioso. Tapiri é uma palhoça amazônica, abrigo de passagem para lavradores e caminheiros: uma bonita expressão também para nós, chamados a sermos Igreja-tenda itinerante, no encontro dos povos, hospital de campanha. Foi uma experiência extremamente rica e diversa, na celebração festiva e na denúncia profética, durante o X Fórum Social Pan-Amazônico, em Belém, julho de 2022. Na ocasião, organizaram-se debates, momentos de espiritualidade e uma intensa vigília dos mártires da Amazônia. O Tapiri voltou a ser proposto em vista da COP30: estão sendo realizados encontros itinerantes em todos os estados da Amazônia legal

e haverá debates e partilhas sobre o compromisso das diversas manifestações de fé contra o fundamentalismo religioso, que também é um dos responsáveis pela violência socioambiental.

Por último, a plataforma “Igreja rumo à COP30” reuniu mais de 100 expressões vivas da Igreja Católica e de representações de outras Igrejas Cristãs empenhadas na formação popular, mobilização e conscientização contra as mudanças climáticas. Trata-se de uma verdadeira experiência sinodal, com a convergência de setores muito comprometidos da Igreja, como a Comissão para a Ecologia Integral e a Mineração, a Comissão Sociotransformadora e a Comissão para Amazônia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Conferência dos(as) Religiosos(as) do Brasil, a Cáritas Brasileira, a Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM) e o Movimento *Laudato Si'* (Papa Francisco, 2015). Foram realizadas cinco pré-COP nos macrorregionais do Brasil, envolvendo lideranças que se tornam multiplicadoras de novas iniciativas nos territórios. A Igreja está renovando seu rosto samaritano e profético ao lado dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, dos projetos populares no campo e nas cidades, para que sejam a história e os sonhos dos pequenos a pautarem a vida e o cuidado da casa comum.

Considerações finais

Ao pautar o evento COP 30, trouxemos para o debate o modelo econômico capitalista que tem dominado o planeta Terra em processos violentos de colonização. Enraizado no lucro e na mercantilização da natureza, ele se mostra antiecológico. Ainda que seja pintado como “verde”, seu paradigma central é o extrativismo em grande escala para suprir as *commodities* mercadológicas. Notamos que as metas climáticas não são suficientes para limitar o aquecimento global em 1,5° C. É necessário um empenho mais ambicioso para reduzir o CO₂, pois 2024 foi o ano mais quente da história, registrando média de 1,48 ° C acima do nível pré-industrial (1850-1900). Diante dessa análise de conjuntura, concluímos que não houve grandes novidades na chamada Zona Azul, espaço na COP reservado diretamente para a ONU.

Nossos ganhos maiores foram na Zona Verde, voltada ao público em geral, aos debates realizados pelas Organizações Não Governamentais (ONG) e pelas várias instituições. No entanto, cremos que o maior resultado de nossa discussão está para além do acontecimento COP. Ele se encontra no engajamento ao qual a temática nos convoca, rumo ao reforço da consciência do valor indispensável das lutas antissistêmicas dos movimentos sociais, ambientais, religiosos, entre outros. Nesse sentido, notamos como promissor todo o

movimento da Cúpula dos Povos, da Cúpula das Crianças, da grande presença dos Povos Originários e das organizações religiosas, que, além de terem apresentado suas resoluções para o combate da crise climática, fizeram uma marcha social com mais de 70 mil participantes.

A partir do que nomeamos como Ecologia Integral, entendemos que as reivindicações dos povos originários, a reforma agrária, a agroecologia, as espiritualidades presentes nos territórios de nossas comunidades, são antídotos ecossociais contra o império do dinheiro. Por isso, o evento COP talvez continue sendo evento de negociações de crédito de carbono, de transições energéticas, elementos que não favorecerão, de fato, o meio ambiente, mas os interesses dos países ricos. No entanto, em Belém também estiveram as expressões de resistência para o que almejamos como vida ainda sustentável no planeta terra.

A COP 30, maior encontro mundial sobre questões climáticas, aconteceu no coração da Amazônia. Ainda que não tenha havido grandes avanços, do ponto de vista dos governos, as culturas que mais contribuem para a sustentabilidade da vida no planeta, os indígenas – agricultores e extrativistas – estavam presentes, manifestando suas propostas. Por isso, o evento mobilizou vozes de denúncia e anúncio em favor de outra civilização. Gritaram para que a América Latina não continue “exportando seu desemprego e sua miséria: as matérias-primas que o mercado mundial necessita, e de cuja venda depende a economia da região, e certos produtos industriais elaborados, com mão de obra barata, por filiais das corporações internacionais” (Galeano, 2021, p. 241). E o aquecimento global continue sendo uma realidade que rapidamente nos afetará de forma sempre mais dramática.

Referências

ABC DAS COPS. **Tudo sobre a Conferência do Clima da ONU e a relevância da COP 30 na Amazônia**. Brasília, DF: Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM), 2024. Disponível em: https://repam.org.br/cop30/wp-content/uploads/2024/12/2024_12_21_REVISTA_A5.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

FERREIRA, Dom Vicente de Paula. **Ecologia Integral: um caminho de esperança e cuidado da casa comum**. Carta Pastoral. Livramento de Nossa Senhora: Livramento, 2025.

FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito**. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2021.

HARVEY, David. **Os sentidos do mundo: textos essenciais**. São Paulo: Boitempo, 2020.

LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2025.

MARQUES, Luiz. **O decênio decisivo**: propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Elefante, 2023.

PAPA FRANCISCO. **Laudato Si'**: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Libreria Editrice Vaticana, 2015.

PAPA FRANCISCO. **Laudate Deum**. Brasília, DF: Edições CNBB, 2023.

ROBINSON, William. **Una teoría sobre el capitalismo global**. Producción, clase y estado en un mundo transnacional. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2007.

TAQUES, Rhuann Carlo Viero; ANTONIO, Juliana Mara. As guerras de narrativas e o projeto de desenvolvimento sustentável: revisitando a educação ambiental histórico-crítica nos ambientes formais de educação. **Revista Cocar**, Belém, v. 16, n. 34, p.1-17, 2022. Disponível em:
<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5073/2343>. Acesso em: 15 maio 2025.

VIEIRA, Adilson *et al.* **A margem equatorial e o suicídio ecológico do Brasil**. São Leopoldo: Unisinos, 2025. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/648705-a-margem-equatorial-e-o-suicidio-ecologico-do-brasil>. Acesso em: 20 fev. 2025.

Sobre os autores

Vicente de Paula Ferreira

Pós-doutor pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), na qual é membro do grupo de pesquisas Interfaces da Teologia na Antropologia Contemporânea. Graduado em Teologia e em Filosofia, Doutor e Mestre em Ciência da Religião pela UFJF. De 2017 a 2022, foi bispo Auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte. É o atual bispo da Diocese de Livramento de Nossa Senhora, Bahia. É membro do NEPE/UNEB/CNPq e pós-doutorando do PPGEDUF/UNEB. Atua, desde 2019, na Comissão de Ecologia Integral e Mineração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB- da qual é o atual presidente.

E-mail: vicenteferreirabh1@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8320-3425>

Maria José de Sousa Pereira

Graduada em Zootecnia. Especialista em História e Cultura Indígena e Afro-brasileira. É Indigenista e Ambientalista junto aos Povos Indígenas do sul Maranhão. Professora de Zootecnia Geral na Rede Estadual de Educação do Maranhão onde está Educadora Profissional na Escola Família Agrícola de Grajaú (EFA). Mestranda do Programa de Pós-

Graduação em Educação e Formação Docente (PPGEDUF/UNEB). Membro do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE/UNEB/CNPq).

E-mail: mariapereira_83@yahoo.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-2730-5179>

Sônia Maria Alves de Oliveira Reis

Pedagoga. Mestre e Doutora em Educação. Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus XII. Docente e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Docente (PPGEDUF/UNEB). Docente do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGED/UESB). Líder do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE/UNEB/CNPq). Editora Chefe da Revista ComCiência Multidisciplinar.

E-mail: smaoliveira@uneb.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0129-0719>

Recebido em: 05/11/2025

Aceito para publicação em: 17/01/2026